

# OS CATÓLICOS E O PARTIDO DOS TRABALHADORES: APROXIMAÇÕES, DISTANCIAMENTOS E SUAS DIVERSAS TENSÕES<sup>1</sup>

Adriano Henriques Machado<sup>2</sup>

## Oração dos Trabalhadores

Pai nosso, que estais no céu,  
Atendei as preces dos trabalhadores do Brasil, do mundo e de  
suas famílias sofridas,  
Repartir o pão nosso de cada dia, negado hoje pelo mau patrão...  
Tende piedade dos trabalhadores perseguidos, oprimidos, mal-  
tratados e injustiçados  
Identificados nos nossos irmãos sofridos, presos, favelados,  
marginalizados e desempregados.  
Deus todo-poderoso, confiamos na Vossa justiça, infinita mise-  
ricórdia e divina proteção;  
Onde houver fome, dai o pão, onde houver desemprego, dai o  
emprego, negados hoje pelo mau patrão.  
Deus todo-poderoso, confiamos na Vossa justiça, infinita mise-  
ricórdia e divina proteção.  
Onde houver desabrigados, marginalizados, favelados, dai ha-  
bitação e a Vossa divina proteção;  
Salvai-nos, ó Deus misericordioso, do mau patrão, para que  
haja salário justo para todo, sem discriminação.

Tende piedade de todos nós que sofremos injustiça, incompreensão e perseguição.

Reparti o pão nosso de cada dia, negado hoje pelo mau patrão.

Atendei às preces dos trabalhadores do Brasil, do mundo e de suas famílias sofridas.

Barnabés, trabalhadores urbanos, trabalhadores rurais, boias-frias e desempregados vos suplicam.

Atendei as preces dos trabalhadores do mundo todo e de suas famílias sofridas.

Legai o pão aos famintos, emprego aos desempregados, habitação aos favelados.

Hoje, infelizmente, estas necessidades prementes negadas pelo mau patrão.

Atendei as preces dos trabalhadores do mundo todo e de suas famílias sofridas.

Deus todo-poderoso, confiamos na Vossa justiça, infinita misericórdia e divina proteção.

Onde houver fome, dai pão, onde houver desemprego, dai o emprego, negados hoje pelo mau patrão.

Reparti o pão nosso de cada dia, negado hoje pelo mau patrão.

Esperamos e confiamos, Deus todo-poderoso, na Vossa Justiça, infinita misericórdia e divina proteção.

Salvai-nos ó Deus misericordioso, do mau patrão, para que em nossa mesa nunca venha a faltar o pão...<sup>3</sup>

Esta oração foi publicada em março de 1982 no primeiro número do *Jornal dos Trabalhadores*, na época o órgão oficial do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores. Ela foi enviada ao jornal pelo militante petista Antonio Carlos Paes, então morador da cidade de Bragança Paulista (SP). Nessa oração, o missivista produz um acróstico tendo como base a expressão Partido dos Trabalhadores (PT), e a partir dela cria uma oração que reúne elementos do Pai-nosso, da Oração pela Paz, conhecida popularmente como Oração de São Francisco, entre outros trechos de orações católicas, ao mesmo tempo que aponta para diversos problemas socioeconômicos e certas dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores e pelas classes sociais mais pobres daquele período, como boias-frias, favelados e outros.

Mais, porém, que uma simples oração que relaciona problemas socioeconômicos com o Partido dos Trabalhadores, ela apresenta diversas perspectivas e muitos significados. Primeiramente, o uso de elementos católicos e a criação dessa oração demonstram que havia, entre militantes petistas e nas próprias propostas do partido, uma aproximação de pensamento e de ação

com um importante conjunto de fiéis e de uma parcela da própria Igreja Católica brasileira daquele momento. Porém, essa oração mostra que existia algo além dessa aproximação, pois, assim como explicitado por ela, muitas vezes havia uma relação de proximidade, de apoio e até certas vezes uma atuação conjunta entre certos setores da Igreja Católica, fossem eles leigos ou pertencentes ao próprio clero, junto ao Partido dos Trabalhadores.

Os estudos produzidos a respeito do surgimento e da formação do Partido dos Trabalhadores, muitos deles já considerados clássicos hoje, colocam os católicos como uma das forças articuladoras do partido, juntamente com os sindicalistas autênticos, os grupos de esquerda e os movimentos populares, entre outros, como o fazem as autoras Margareth Keck, Rachel Meneguello e Márcia Regina Berbel<sup>4</sup>. Porém, poucos estudos analisaram ou aprofundaram-se em compreender como se deu a relação entre os diversos setores católicos com os demais grupos formadores do partido, e como os católicos compreendiam, posicionavam-se e atuavam perante o surgimento, a organização e o período inicial de formação do PT<sup>5</sup>.

Desse modo, o presente artigo tem como temática central discutir as relações estabelecidas entre os diversos setores católicos e o Partido dos Trabalhadores na região da Grande São Paulo, com destaque para a própria cidade de São Paulo e a região do ABCD paulista, no período compreendido entre 1978 e 1982.

Considera-se 1980 como o ano da fundação oficial do PT. Porém, a delimitação do recorte temporal busca abarcar não só a relação dos católicos com o partido após a sua fundação, mas também as propostas sobre a criação de um novo partido, as discussões iniciais sobre o surgimento do próprio PT, seu período inicial de formação e estruturação, culminando com a campanha e a primeira eleição que teve a participação da agremiação, no final de 1982.

A escolha da região para o estudo não foi feita de forma aleatória, mas definida por meio do material encontrado, produzido pelas diversos setores católicos daquele período. Pesou também a maneira de trabalho e de atuação que a Igreja Católica dessa região desenvolveu naquela época. Primeiramente, a documentação que trata da relação dos católicos com o PT nessa região é muito qualitativa e substancial, indo desde o jornal produzido pela Arquidiocese de São Paulo, *O São Paulo*, publicado até os dias de hoje, passando por planos pastorais e diocesanos, jornais e cartilhas de educação política produzidos por regiões episcopais, paróquias, pastorais, comissões de direitos humanos, até documentos mimeografados ou pequenos informativos<sup>6</sup>.

Além disso, a Grande São Paulo ficou marcada desde os anos 1970 como região em que a Igreja Católica possuía uma atuação sociopolítica mais forte e atuante, tanto no desenvolvimento de sua própria prática pastoral como no

apoio e na atuação junto a outros setores, como movimentos populares e operário-sindicalistas. As mudanças pelas quais passava a Igreja Católica, em âmbito mundial, mas principalmente na região da América Latina, através do documento resultante da reunião dos bispos latino-americanos em Medellín, em 1968, bem como o desenvolvimento da Teologia da Libertação, com nomes como Leonardo Boff e Gustavo Gutiérrez, que defendiam uma Igreja a favor da “opção preferencial pelos pobres” e atuante nos processos que levassem a mudanças nas estruturas sociopolíticas, foram bem recebidas e colocadas em prática nessa região.

A arquidiocese de São Paulo, que naquela época compreendia a capital paulista e mais algumas cidades da região, era dirigida pelo cardeal D. Paulo Evaristo Arns, marcado por sua atuação a favor dos direitos humanos e pelas críticas à ditadura militar; mas, além disso, o conjunto da arquidiocese tinha desenvolvido uma prática pastoral muito mais ampla e atuante junto a outras demandas sociais. Como exemplos dessa nova atuação, podem-se citar o fortalecimento das Comunidades Eclesiais de Base (CEB) nas regiões periféricas e o apoio e a atuação da Igreja junto a diversos movimentos populares: o Movimento de Saúde, o Movimento do Custo de Vida e o trabalho da Pastoral Operária junto à Oposição Sindical Metalúrgica. Na divisão político-eclesial da Igreja Católica, a região do ABCD paulista não pertencia à arquidiocese paulista, mas sim à Diocese de Santo André, nessa época comandada por dom Cláudio Hummes, que também tinha um trabalho de fortalecimento das CEB e de atuação junto aos movimentos populares e operário-sindicalistas, o qual se tornou bastante conhecido durante o final dos anos 1970, quando a Igreja não só apoiou os sindicalistas e as greves de 1978 a 1980, mas disponibilizou sua estrutura nos períodos de maior perseguição e violência contra os sindicatos e os grevistas.

Outro ponto a ser destacado é que, em vez de utilizar a terminologia Igreja Católica, prefiro empregar os termos “católicos” ou “setores católicos”, visto que, muitas vezes, o uso da expressão Igreja Católica está ligado apenas aos membros da hierarquia da Igreja, tais como padres, freiras, bispos e a própria Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); enquanto, ao dizer “católicos” ou “setores católicos”, busco abarcar não só sua hierarquia, mas a diversificada complexidade de sujeitos que atuavam, participavam ou mantinham relações com a Igreja Católica nesse período: as diversas pastorais, comissões de direitos humanos, as CEB, participantes de movimentos populares ou operário-sindicalistas ligados à Igreja, entre outros.

Antes de entrar propriamente na temática principal deste artigo, também gostaria de ressaltar a forma como busco compreender as instituições, no caso tanto a Igreja Católica como o próprio PT. Diferentemente de alguns pesquisadores, que costumam tratar as instituições como seres isolados de seu contexto

político-social ou muitas vezes como se elas fossem um bloco homogêneo e até criando para elas formulações abstratas e não históricas; busco, a partir de autores da Nova Esquerda Britânica<sup>7</sup> e pelas perspectivas trazidas pela própria história social, compreender as instituições como formadas por diversos sujeitos, com diversificados valores, perspectivas, anseios e projetos, os quais se articulam em grupos e tendências, marcados por diversas tensões e pontos de conflitos na disputa por hegemonia, dentro de determinado contexto histórico. É claro que não nego que cada uma das instituições possui determinado processo histórico, diversas tradições e singularidades, mas que essas características não são imanentes e imutáveis, mas constantemente reformuladas e ressignificadas a partir do contato e da relação que seus membros e participantes estabelecem em cada momento, em determinada sociedade.

## **Da criação de um “Partido Popular” às reações ao surgimento do PT**

A segunda metade dos anos 1970 foi marcada pela eclosão de diversas lutas e movimentos populares contestatórios: os por habitação, do Custo de Vida, além da onda de greves iniciada entre os metalúrgicos. Junto a isso, ocorria o crescimento do debate a respeito da abertura política e da reorganização partidária, principalmente a partir de 1978, marcado pelos anseios, propostas e projetos políticos e pelas próprias experiências dos diversos sujeitos e grupos que emergiam social e politicamente nesse período.

Foi nesse contexto, marcado pelo fortalecimento das lutas populares e pelo debate sobre a abertura política, que se desenvolveu mais fortemente a discussão a respeito da necessidade da criação de um partido que representasse esses novos sujeitos, bem como as diversas questões que estavam ligadas a ele, tais como suas propostas, sua essência, sua composição e sua linha teórico-política. Dentro disso, diversos grupos pertencentes ou ligados à própria Igreja Católica começaram a discutir a necessidade da criação desse novo partido; debatendo quais seriam suas características, sua possibilidade de efetivação e concretização naquela conjuntura e seu projeto de sociedade a ser buscado em longo prazo, e que costumava ser genericamente chamado de “partido popular”.

O semanário *O São Paulo*, pertencente à Arquidiocese de São Paulo, era um dos principais veículos de divulgação da Igreja daquele período. Trazia diversas denúncias a respeito das arbitrariedades cometidas pela ditadura militar e inúmeras reportagens e artigos sobre os diversos movimentos contestatórios emergidos naquele período. O periódico, que tinha como editor-responsável o bispo-auxiliar dom Angélico Sândalo Bernardino, também responsável pela

Região Episcopal Leste II (São Miguel) e pela Pastoral do Mundo do Trabalho da arquidiocese, publicou, ainda sob censura, em janeiro e fevereiro de 1978, dois editoriais que se posicionavam perante reorganização partidária e discutiam a necessidade de criação de um novo partido.

Nesses editoriais, intitulados “Necessidade da presença do povo na política” e “Os novos partidos: para os políticos ou para o povo”, o jornal criticava os partidos políticos que haviam existido até então na sociedade brasileira, dos quais muitos poderiam se classificar como populistas, mas não populares. Nessa visão, eles sempre tinham sido controlados por pequenos grupos, oriundos em sua maioria das classes médias e altas; e o povo nunca esteve presente de forma organizada e estruturada tanto nos partidos como no próprio debate político-partidário. Partindo disso, os editoriais discorriam sobre a necessidade da constituição de um novo partido:

Sem um partido político, o trabalho de base corre o risco de estagnar e mesmo retroceder. A mobilização a partir dos interesses específicos das camadas populares exige, em médio prazo, uma articulação que lhe amplie a força e a influência políticas. No entanto, é preciso que essa iniciativa parta daqueles que estão efetivamente ligados à base popular.<sup>8</sup>

Nesse trecho, o editorial ressaltava a efetiva necessidade da criação de um partido político por parte dos sujeitos ligados aos movimentos populares, ressaltando que sem ele o trabalho de “base” fomentado e articulado até aquele momento poderia estabilizar-se ou até esmorecer; logo, só a atuação num partido ampliaria a força, a influência e o trabalho desenvolvido por esses grupos. Dito isso, os editoriais defendiam que o povo precisava transcender os limites concernentes aos movimentos populares ou apenas eleger alguns candidatos populares, o que só ocorreria de fato com a criação e a atuação num partido político criado por ele, o qual deveria ter um programa político claro, definido, com propostas a serem conquistadas em longo prazo e estruturado através de uma extensa rede de núcleos políticos de base.

Além disso, outra característica apresentada como necessária para esse novo partido seria a presença de elementos vindos de vários setores populares, não só em sua composição, mas também nos cargos diretivos e decisórios, em oposição aos partidos então controlados por pequenas cúpulas burocráticas. Para isso, o jornal defendia a construção de uma agremiação marcada por uma organização interna democrática:

[...] é preciso assegurar aos membros dessa organização abertas condições objetivas para se informarem acerca dos problemas políticos, para opinarem so-

bre os mesmos e para tomarem decisões que sejam obrigatoriamente seguidas pelos que falam em seu nome.<sup>9</sup>

Assim, percebe-se que um ano antes da proposta petista ser colocada em debate o semanário católico já defendia a criação de um partido político com algumas características bastante parecidas com aquelas posteriormente defendidas pelo PT, principalmente nos seus primeiros anos, sendo elas: a participação de amplos setores populares; a formação de uma rede de núcleos políticos que seriam a base para a discussão política do partido, bem como para a tomada de suas decisões e para a constituição de sua democracia interna; além de as propostas não terem um caráter imediatista ou eleitoreiro, mas estarem dentro de um projeto político e de sociedade a ser buscado e construído em longo prazo. Não era só entre a hierarquia da Igreja paulista, porém, que se discutia a necessidade de criação de um “partido popular”. O então teólogo franciscano Leonardo Boff – um dos principais pensadores da Teologia da Libertação e com forte ligação com as CEB –, em entrevista ao jornal carioca *O Globo*, em setembro de 1978, defendia que os católicos engajados deveriam num primeiro momento colocar-se em oposição ao regime político vigente na época, a fim de reconquistar a democracia e a liberdade sindical, entre outras demandas; e em médio prazo:

[...] os cristãos comprometidos, principalmente as comunidades eclesiais de base (CEB), devem ajudar a constituir e reforçar um partido popular, com objetivo de criar uma democracia popular – que é muito mais do que uma democracia representativa, que é uma democracia de ricos, democracia para os burgueses. E, a longo prazo, criar condições para que surja uma sociedade socialista, de um socialismo democrático.<sup>10</sup>

A fala do frade, que posteriormente se tornaria um ativo apoiador público do PT, colocava de forma bastante clara a defesa da participação dos católicos, principalmente daqueles ligados às CEB, na constituição de um “partido popular”; e, mais do que isso, num ente político que teria como objetivo maior consolidar a implantação de uma democracia popular, que criaria as bases para a instalação de uma sociedade socialista, do tipo democrático. Essas aspirações, ou seja, a busca por uma futura sociedade socialista e a construção de um socialismo democrático, em oposição ao socialismo soviético, também foram plataformas discutidas e defendidas pelo Partido dos Trabalhadores no seu início, em diversos de seus encontros nacionais e no 1º Congresso do partido em 1991.

Assim, tanto os editoriais do *O São Paulo* como a fala de Boff mostram que, mais do que uma aproximação de ideias e de projetos políticos, havia aspi-

rações de pessoas e grupos ligados à Igreja Católica que se coadunavam de forma bastante grande com as propostas posteriormente defendidas pelo PT. Além do que, antes mesmo da criação do partido, já havia forte interação e interligação entre as diversas forças sociais que atuavam naquele período, fossem elas movimentos populares, operário-sindicais, de direitos humanos e aqueles ligados ou pertencentes à própria Igreja. Esse é um dos fatores que explica a conjugação e similitude de propostas e projetos defendidos e articulados nesse período, seja pelos católicos, por outros grupos ou posteriormente pelo próprio PT.

A formação de um partido que representasse os trabalhadores já vinha sendo propalada por Lula em suas entrevistas desde meados do ano de 1978, mas a concretização dessa ideia só ocorreu em janeiro de 1979, quando a proposta de criação de um Partido dos Trabalhadores foi aprovada durante um congresso de trabalhadores dos setores metalúrgicos e de material elétrico do estado de São Paulo, na cidade paulista de Lins, com sua Carta de Princípios lançada em maio do mesmo ano. Porém, com isso ficam algumas questões: o “partido popular” defendido por muitos grupos e movimentos, inclusive por importantes setores católicos, concretizava-se nesse partido proposto pelos trabalhadores metalúrgicos? E, mais, como essa proposta de criação de um partido formado por trabalhadores foi recebida por esses setores?

Sobre essas questões, um primeiro posicionamento pode ser observado no editorial publicado pelo jornal *O São Paulo* com o título “Cadê o partido do povo?”, uma semana após a aprovação da criação do PT, em janeiro de 1979. Nesse editorial, o semanário concordava com os criadores do PT que os partidos existentes eram dirigidos por membros da classe média alta ou da elite, e o povo era usado muitas vezes apenas como massa de manobra; mas a respeito da criação de um partido formado pelos trabalhadores, concluía:

Um partido exclusivamente de trabalhadores pode não ser a melhor solução para a classe operária, pois, isolada, esta classe não terá muitas condições de fazer valer seus direitos, nem de conseguir as transformações econômicas e políticas necessárias para assegurar-lhe posição condigna à contribuição que traz ao conjunto da sociedade.<sup>11</sup>

Na citação nota-se claramente o posicionamento negativo do jornal perante a proposta de criação de um partido formado por trabalhadores. Posto que, para o semanário, o problema em questão não estava na legitimidade e no direito dos trabalhadores formarem um partido que os representasse, mas, sim, que os trabalhadores, ou melhor, os operários urbanos de forma isolada, sem a participação das outras forças sociais, teriam pouca capacidade de articular-se politicamente a fim de levar grandes transformações econômico-

políticas para o seu conjunto e para a própria sociedade. Ao invés disso, o periódico colocava, como alternativa à criação do PT, a transformação do antigo Movimento Democrático Brasileiro (MDB) num partido verdadeiramente popular, com a criação de uma rede de núcleos de base formados com a participação de operários até donas de casa. Porém, se a composição e a estrutura do partido impedissem ou inviabilizassem esse tipo de mudança, a única solução vista pelo jornal seria realmente a criação de um “partido popular” formado a partir das bases da sociedade.

Esse pensamento negativo sobre o PT e a defesa da transformação do MDB ou da própria criação de um “partido popular” mostra que, em seu início, a agremiação petista não era vista como a concretização do “partido popular” proposto meses anteriores nos próprios editoriais do *O São Paulo*. Além disso, traz uma questão discutida no período inicial de formação do PT, ou seja, que o Partido dos Trabalhadores não havia surgido e não abrangia os diversos movimentos populares de base que existiam naquele período, mas sua proposta e seu raio de atuação estavam circunscritos a apenas um grupo de sindicalistas, o dos sindicalistas autênticos.

Não era, contudo, só entre a hierarquia da Igreja paulista que o surgimento e a criação do PT foram vistos com restrição ou até com rejeição. Em junho do mesmo ano, o jornal *O São Paulo* trouxe uma matéria com depoimentos de padres e alguns militantes católicos leigos que se posicionavam sobre a reformulação partidária e a criação/militância nos novos partidos que surgiam.

Nessa matéria, o bancário Ricardo Guterman, católico e membro da Comissão de Direitos Humanos da comunidade de Vila Ré, na Zona Leste paulistana, dizia:

Eu pessoalmente acho que no momento não interessa ao povo a fragmentação da sua representação política. A divisão facilita a manipulação por parte do governo. Quando houver total liberdade política aí o povo optará por posições claras. Hoje precisamos nos unir na luta contra o Governo. O MDB, por enquanto, é o melhor instrumento político na luta do povo.<sup>12</sup>

Assim, Guterman, que anos depois se tornaria presidente do Diretório Municipal do PT paulistano, não criticava propriamente a criação do PT, mas sim a reforma partidária, que na sua visão dividiria o povo e facilitaria o controle político por parte do governo. Partindo disso, ele defendia que só após a conquista de maior liberdade é que se poderia pensar na criação de novos partidos; enquanto isso não acontecesse, a melhor opção seria a militância e a união do povo junto ao antigo MDB na luta contra o governo.

A professora Maria Aparecida Serapião Teixeira, também católica e participante do Clube de Mães da Vila Pedro Nunes, na Zona Leste, expressava uma opinião bastante parecida:

Em tese, sou a favor da existência de muitos partidos, de acordo com as principais tendências. No momento, porém, sou totalmente contra a formação de novos partidos. [...] eu acho que só depois de se conseguir uma democracia real, então as tendências poderão se estruturar e se organizar em partidos livres. Enquanto a gente não conseguir uma democracia aqui, todas as oposições devem estar organizadas num único bloco, como se fosse uma frente de oposição.<sup>13</sup>

Para a professora, o problema não estava na criação de novos partidos que representassem as diversas tendências políticas, o que era correto segundo sua visão. Porém, naquele momento isso não deveria ser feito, mas sim só após a conquista de uma “democracia real”. Ela também defendia a união das oposições na luta contra o governo, só que enquanto o bancário propunha a permanência no MDB, ela recomendava a construção de uma frente de oposição mais genérica, que aglutinasse todos os setores na luta a favor da democracia.

Da mesma forma o católico José Francisco Gouveia Borges, conhecido como Juca e atuante junto a grupos de casais na região de Itaquera e Guaianazes, também na Zona Leste, era contra a criação de novos partidos, o que segundo ele poderia dificultar a escolha por parte dos eleitores, e defendia o fortalecimento dos dois partidos existentes, contanto que atuassem verdadeiramente conforme suas orientações políticas. A respeito da criação de um partido de trabalhadores, ele refletia: “[...] só daria certo se dele participassem trabalhadores bem preparados, caso contrário um partido desses não iria conseguir nada.”<sup>14</sup> Desse modo, o militante católico, apesar de não aprofundar muito seu pensamento, expressava descrença e até certo ceticismo quanto à possibilidade e à capacidade de os trabalhadores atuarem na política partidária através da criação e constituição de um partido próprio.

O posicionamento desse militante católico não parecia, entretanto, ser uma posição isolada; era compartilhada por outros setores católicos desse período. Uma amostra disso pode ser vista na análise feita por Salvador Pires, presidente da Frente Nacional do Trabalho (FNT), organização fundada por militantes católicos nos anos 1960 que auxiliava juridicamente e buscava fortalecer as lutas dos trabalhadores, e ainda possuía fortes ligações com a instituição religiosa.

Num artigo publicado em junho de 1979 na seção Editorial do jornal *O São Paulo*, intitulado “Fortalecer o trabalho de base”, Pires discutia a abertura política e a proposta de criação de um partido dos trabalhadores. Ele também

colocava que a formação de novos partidos fazia parte de um plano maior do governo, que, devido às lutas e às pressões que vinha sofrendo de diversos setores da sociedade, demonstrava certa abertura, que tinha como finalidade maior controlar politicamente esses grupos e a própria sociedade.

Partindo disso, Pires colocava-se frontalmente contrário à proposta de criação de um partido dos trabalhadores naquele momento, primeiramente porque o partido já nasceria limitado, pois teria de aceitar as regras políticas impostas pelo regime militar: assim como as lutas dos trabalhadores vinham sendo reprimidas, um partido surgido dentro desse contexto não poderia conseguir grandes transformações para os trabalhadores.

Mais do que isso, porém, a rejeição quanto à construção desse partido vinha pelo seguinte argumento:

Dentro do que tenho percebido, a nível de base não sinto, neste momento, ser o Partido do Trabalhador uma aspiração do povo. Isso em termos de periferia e de companheiros de fábrica. [...] Tem sentido parar um trabalho para construirmos um Partido político agora, neste momento?<sup>15</sup>

Assim, para defender a não criação do PT, o presidente da FNT ponderava que a sua formação não era sentida como uma aspiração da base e dos trabalhadores com quem ele se relacionava. Além disso, Pires também citava um argumento também utilizado por outros grupos ou militantes que se posicionavam contra a criação do PT ou a participação nele, ou seja, a de que o surgimento do PT poderia enfraquecer ou até desarticular os movimentos de base que vinham sendo construídos naquele período. Logo, ele naquela conjuntura o ideal seria fortalecer o trabalho de base, para só num segundo momento, a partir de um trabalho consciente acerca dos objetivos concretos a serem buscados tanto pelos trabalhadores, como pelos movimentos populares, pensar na formação de um partido dos trabalhadores.

Nota-se, então, que o posicionamento e as reações de diversos militantes católicos, leigos ou da própria hierarquia da Igreja, nos meses logo após a proposta da criação do PT ter sido aprovada, mesmo com suas articulações e proposições ainda embrionárias, foram bastante negativos, de rejeição em certos momentos ou vendo nisso uma proposta divisionista. Torna-se importante destacar que essas primeiras reações foram expressas ainda num debate bastante inicial sobre a criação dos novos partidos e a respeito do próprio PT, mas, ao mesmo tempo, apresentavam diversas visões e tensões de como a proposta petista foi recebida por esses setores católicos: como não representativa dos diversos setores populares que emergiram naquele período, mas apenas de um grupo de sindicalistas; não se configurava

como o “partido popular” propalado por esses grupos e militantes; poderia dividir a oposição, que, para muitos, ainda deveria permanecer unida ao MDB; que tal partido poderia desarticular ou até enfraquecer o trabalho de base construído até então; ou até com o argumento de que não havia chegado o momento de os trabalhadores criarem o seu próprio partido, seja pela falta de experiência ou mesmo de capacidade de articulação política desses trabalhadores.

## A aproximação com o PT

Ao mesmo tempo que importantes setores católicos colocavam-se contrários à criação do PT, desde o seu surgimento existiram, entretanto, grupos e militantes ligados ou pertencentes à Igreja Católica que viam com bons olhos seu surgimento e apoiaram sua formação. Concernente a isso, conforme a proposta petista e seu programa político começavam a ganhar corpo, muitos desses militantes passaram a fazer uma avaliação mais positiva da agremiação e a partir disso foram construindo uma relação de aproximação ou até apoiando e atuando fortemente no partido.

Uma amostra dessa maior aproximação com o PT pode ser vista numa entrevista concedida em outubro de 1979 pelo então deputado federal do MDB Aurélio Perez ao *Jornal da Vila*, um periódico que tratava das lutas populares e circulava na região sudeste da cidade de São Paulo. Perez era ex-seminarista e tinha ampla ligação com grupos católicos, devido à sua participação na Oposição Sindical Metalúrgica, na Pastoral Operária e nas CEB, além ter sido um dos coordenadores do Movimento do Custo de Vida, também bastante ligado à instituição católica. Nessa ocasião ele defendeu a criação de um “partido popular”, ou seja, de uma frente formada pelos movimentos populares de oposição, pois, segundo ele, ainda não havia espaço para a criação de um partido mais ideologicamente definido.

Quando questionado sobre sua opinião a respeito do PT, contudo, ele discorreu: “Acho o PT uma sigla simpática, e uma proposta que deve ser examinada. Ela nasceu de uma forma bastante estreita, acho, mas já percorreu uma boa caminhada, e pode até vir a se transformar nessa frente de oposições populares.”<sup>16</sup>Perez, apesar de estar no MDB, sempre manifestava sua vinculação ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Mesmo concordando com a crítica feita por outros setores de que o surgimento do PT tinha ficado restrito a um grupo de sindicalistas, não rejeitava o partido. Além disso, nesse momento ele já observava que a proposta petista tinha avançado e não se encontrava tão setORIZADA; e, por isso, considerava que à medida que o partido se desenvolvesse, ou seja, se ele conseguisse congrega-

versos grupos e setores de oposição à ditadura militar, a própria agremiação poderia tornar-se a frente de oposições defendida por ele.

Ainda nesse período de construção da proposta petista, porém, outros militantes católicos já apoiavam sua criação e, mais que isso, colocavam a formação do PT como questão prioritária daquele momento. Essa posição foi manifestada pela fala do militante Paulo, atuante na Oposição Sindical Metalúrgica, num debate organizado pelo Centro Cultural Operário do Cangaíba, realizado no salão da Igreja de São Miguel, na Zona Leste paulistana, com o objetivo de discutir e popularizar a proposta petista, quando defendeu:

Estamos próximos dos grandes dissídios do fim do ano e os patrões já estão organizados, precavidos [...]. Para mim a única forma de sairmos vitoriosos nas greves que faremos nestes dissídios para melhorar nossos salários será formarmos o PT, com seus núcleos nos bairros, nas fábricas etc. Só ele dará um conteúdo político a nossa greve.<sup>17</sup>

Dessa forma, diferentemente do presidente da FNT, para o metalúrgico, ao invés de desarticular ou enfraquecer o trabalho de base, o PT seria um elemento fundamental tanto para fortalecer as greves e as diversas lutas operário-sindicais através da criação dos seus núcleos em bairros e nas fábricas, como para dar um novo elemento para a luta dos trabalhadores, ou seja, um caráter político.

Nessa mesma linha, o informativo de março de 1980 da paróquia de Vila Remo, intitulado *A Semente*, trouxe o seguinte artigo escrito por Paulo Tasso Diniz: “Por que entrar para o Partido dos Trabalhadores”. A referida paróquia, localizada no extremo sul da cidade de São Paulo, era reconhecida pelo forte trabalho que desenvolvia junto às CEB e aos diversos movimentos reivindicatórios que surgiram na região, tais como os Clubes de Mães, que posteriormente deram origem ao Movimento do Custo de Vida.

Nesse artigo, Diniz, que posteriormente seria eleito deputado estadual pelo PT em São Paulo na primeira eleição do partido, em 1982, defendia:

[...] hoje aparecem vários partidos. Acho que, dos que aí se apresentam, o que oferece mais possibilidades das bases discutirem e crescerem politicamente é o PT (Partido dos Trabalhadores). Não devemos ser ingênuos e pensar que tudo no PT é ótimo; claro que tem os seus defeitos. Mas hoje não podemos mais apoiar os velhos caciques do MDB, não podemos mais ser instrumento de manobra nas mãos dos liberais, nas mãos dos adesistas.<sup>18</sup>

Fica claro que a defesa do militante católico pela adesão ao PT baseava-se fortemente na comparação entre o MDB e o PT. Para ele, enquanto o MDB estava controlado por velhos caciques, liberais e políticos adesistas, o PT surgia como real possibilidade de maior discussão e participação política das bases, além do que a agremiação seria ao mesmo tempo um impulso para o fortalecimento político desses próprios movimentos.

Além disso, Diniz discordava da opinião de outros militantes que diziam que o surgimento do PT levaria à divisão da oposição à ditadura militar; visto que, para ele, a formação de uma frente de oposição ao governo deveria articular desde partidos políticos até movimentos populares, tendo como base um programa mínimo que congregasse todos esses setores. No entanto, a defesa dessa frente não poderia ocorrer em cima de uma unidade partidária falsa, tal como existia dentro do MDB, ou seja, esse argumento não deveria limitar a criação dos novos partidos e a liberdade de escolha e de organização do povo.

Diniz, entretanto, fazia algumas ressalvas e observações quanto ao apoio e à atuação no PT. Primeiramente, ele advertia para o perigo de os militantes desvirtuarem os trabalhos que vinham sendo desenvolvidos nos diversos movimentos em função do partido; ao contrário disso, era a agremiação que deveria ser entendida como mais um instrumento de luta desses movimentos. Porém, a maior crítica ao PT referia-se à seguinte questão:

É preciso ter claro também que nenhum dos partidos que estão aí será o partido definitivo que vai libertar o povo brasileiro. Para mim tenho claro que a libertação do povo brasileiro se dará quando todo o povo assumir a luta numa insurreição armada.<sup>19</sup>

Nesse excerto, o futuro deputado petista ainda colocava o PT como uma agremiação limitada, não por sua essência ou propostas, mas devido à compreensão de que o partido teria apenas a função de fortalecer ou dar um caráter mais participativo e político ao povo e aos movimentos populares. Porque, para ele, nenhum partido surgido naquele limitado contexto teria a força de liderar ou mobilizar o povo para uma grande transformação, que só seria conseguida através da organização e união de todo povo numa luta maior que se daria através de uma revolução armada; numa clara referência ao pensamento de esquerda vigente entre muitos militantes e grupos políticos daquele período.

Em fevereiro de 1980, o jornal *O São Paulo* promoveu um debate que visava discutir o posicionamento dos católicos diante de assuntos como a abertura política, a reorganização partidária e a criação dos novos partidos. O debate contou com a presença de cinco padres da Arquidiocese de São Paulo

e dois líderes leigos ligados a ela, que demonstraram diversidade e muitas vezes até conflito de opiniões, tanto dos padres como dos leigos, sobre esses assuntos e principalmente a respeito do PT.

De forma geral, os religiosos viam de como negativa a criação dos novos partidos e a reorganização partidária, que, na visão da maioria deles, teriam como função principal desarticular o movimento de oposição que se encontrava em ascensão e até o trabalho de base que vinha sendo feito nas diversas lutas e movimentos. Porém, mesmo com essa compreensão geral sobre a reorganização, a criação dos novos partidos e do próprio PT eram vistas de forma bastante diferente pelos participantes do debate. Por um lado, o padre Agostinho de Oliveira, da cidade de Osasco, apresentava a seguinte opinião sobre o posicionamento da Igreja e dos líderes católicos: “Acho prematuro e acho que não estamos suficientemente maduros para fazer uma opção por este ou por aquele partido, porque a coisa vem realmente de cima pra baixo.”<sup>20</sup>

O padre se colocava numa posição de cautela sobre a criação dos novos partidos e utilizava como argumento o fato da reforma partidária ser uma manobra arquitetada pelo governo, que só com uma definição maior do cenário partidário é que se poderia tomar uma posição por um dos partidos. Em oposição à criação dos novos partidos, o padre Luiz Giuliani, da paróquia de Vila Remo, que possuía um destacado trabalho junto aos movimentos populares, expressava a seguinte situação negativa sobre a relação dos novos partidos com os movimentos populares:

O Movimento Custo de Vida entrou no PT. Eu acho um absurdo. Ele nunca será só PT. [...] O problema grave é que tem gente que quer transformar os trabalhos de base em unicamente discussão de partido. [...] Tem que chegar aos partidos, mas não necessariamente já.<sup>21</sup>

Assim, segundo o religioso, o problema não estava na discussão sobre a política e a criação dos novos partidos, que deveria ser feita, mas sim na forma de como isso estava ocorrendo. Para Giuliani, um aspecto extremamente negativo dessa questão era o que vinha acontecendo com o Movimento do Custo de Vida, que segundo ele fora cooptado inteiramente por militantes do PT, o que teria levado a um conflito interno e conseqüentemente ao enfraquecimento do movimento; logo, o trabalho realizado a partir de então teria concentrado suas forças majoritariamente no fortalecimento do partido. Para ele a discussão sobre a política partidária, principalmente através da Igreja e dos movimentos populares, deveria ser feita de forma mais crítica e sem perder de vista os trabalhos de base que vinham sendo realizados.

Outros dois religiosos presentes ao debate, os padres Olívio Bedin, do bairro de Santana, e George Winnik, da região de São Mateus, viam, porém, como algo natural e até de forma positiva a discussão, a participação e inclusive a atuação dos agentes pastorais, dos diversos grupos da Igreja e dos movimentos populares nos novos partidos políticos surgidos. Como bem expressou o padre Bedin:

Por isso que eu digo que para mim qualquer discussão partidária é importante [...] Isso no sentido de fazer com que o povo tenha, pelo menos, algum quadro referencial para poder engajar uma luta que vá além daquilo que conseguimos, como a luta pela implantação da rede de esgoto.<sup>22</sup>

Desse modo, o padre defendia não só a criação, como também a participação da população nos debates políticos e nos próprios partidos. Esse pensamento derivava de que a criação dos novos partidos era por um lado uma consequência natural das lutas emergidas nos diferentes movimentos populares do final dos anos 1970 e, por outro, os partidos trariam novas questões, que poderiam expandir as conquistas e as transformações conseguidas até aquele momento. Além disso, as agremiações políticas trariam novos temas e referências de análise, que poderiam ampliar as discussões e mesmo as problemáticas e os posicionamentos que até então não eram abordados e trabalhados por esses sujeitos.

Dentro do debate quem mais se posicionou favoravelmente ao surgimento do PT foi o advogado Luiz Eduardo Greenhalg, na época presidente do Comitê Brasileiro pela Anistia e membro da Comissão Arquidiocesana, que via, entre as propostas dos novos partidos, a do PT como sendo a mais correta. A análise do advogado, que posteriormente se tornou vice-prefeito de São Paulo e quatro vezes deputado federal pelo próprio PT, partia da visão de que o partido nascia não de cima para baixo como os demais, mas de baixo para cima; logo, ele seria o único que poderia reforçar a participação política das bases e ao mesmo tempo atender as demandas dos movimentos populares. Greenhalg também ressaltava o caráter formativo do PT, que não tinha como objetivo principal naquele momento disputar cadeiras no parlamento, mas sim realizar mais um processo de discussão e conscientização política entre os seus militantes e junto aos demais movimentos.

Conforme os novos partidos configuravam-se politicamente e articulavam-se junto aos diversos grupos da sociedade, percebe-se que os membros e os canais de comunicação pertencentes à hierarquia da Igreja Católica começaram a distanciar-se não da política de forma geral, mas sim das questões relacionadas à política partidária, ou seja, da discussão sobre os novos partidos, suas propostas e projetos políticos. Tal situação teve início no final dos anos

1980 e permaneceu e até aumentou com a proximidade das eleições de 1982. Esse distanciamento demonstrava o novo posicionamento de grande parte da hierarquia da Igreja, que a partir da maior polarização política tentava de certa forma afastar-se das questões partidárias, muito diferente do que ocorrera nas eleições anteriores, em que o quadro político estava dividido apenas entre dois partidos, o MDB e a Arena. Um exemplo claro desse posicionamento pode ser visto no próprio jornal *O São Paulo*, que vinha discutindo fortemente a questão político-partidária, mas que após o referido debate, em março de 1980, praticamente tirou a questão de sua pauta.

Com a proximidade das eleições de 1982 e o distanciamento da hierarquia da Igreja a respeito dessa questão, a Arquidiocese de São Paulo e a Diocese de Santo André criaram diretrizes normatizando a ação dos membros da Igreja e proibindo diversos procedimentos dos padres e religiosos, tais como a atuação e até a manifestação de apoio junto aos partidos. Porém, essas restrições não impediram que alguns membros da hierarquia expressassem suas opiniões em relação aos novos partidos e ao próprio PT. Entre as fontes pesquisadas, dos poucos posicionamentos de religiosos sobre esse tema entre 1981 e 1982, os únicos que se posicionaram de alguma forma diante de novos partidos acabaram declarando seu apoio ao Partido dos Trabalhadores.

Um desses casos foi o do frade dominicano Frei Betto, um ex-presos político, que na época atuava na diocese de Santo André junto às CEB e como assessor da Pastoral Operária, inclusive no período das grandes greves, quando ganhou importante notoriedade e aproximou-se dos sindicalistas autênticos. Numa entrevista ao jornal *O São Paulo*, o frade declarava que, apesar de não ser filiado e nem participar das discussões do partido devido à sua condição de religioso, estava fascinado pelo partido porque: “[...] vejo nele a expressão política da parcela mais combativa da classe trabalhadora brasileira.”<sup>23</sup>

No mesmo sentido, a madre agostiniana Cristina Sodré Dória, uma das diretoras do Instituto Sedes Sapientiae, na cidade de São Paulo, que disponibilizava seu espaço para reuniões e encontros realizados por diversos movimentos populares, de direitos humanos e pelo próprio PT, também apoiava a proposta petista, até mesmo filiando-se ao partido. Numa entrevista ao *Jornal do Brasil* em abril de 1982, a irmã justificava sua escolha pelo PT: “Acredito que o PT será o futuro partido revolucionário do país. O PT não deve tomar o poder por enquanto, deve primeiro preparar a classe operária. A luta revolucionária do PT vai depender do curso histórico e do poder de luta da classe operária.”<sup>24</sup>

Assim, a freira também ressaltava o caráter formador e conscientizador do PT, como já havia sido assinalado pelo advogado Greenhalg, ou seja, o partido teria como função primordial preparar e organizar politicamente a classe operária, para num futuro, conforme as condicionantes sociopolíticas e

a caminhada de luta dos operários, vir a ser o partido que levaria à transformação da sociedade brasileira.

Se entre os membros da hierarquia católica ocorria um distanciamento para com a questão partidária, o que levou a poucos posicionamentos por parte dos religiosos sobre essa questão, em relação aos leigos e aos seus grupos houve o movimento inverso, ou seja, eles se aprofundaram nas questões político-partidárias e na análise das propostas e projetos políticos dos partidos, os quais tiveram na elaboração das cartilhas de educação política o grande veículo para a divulgação desses debates e tomadas de posição.

As cartilhas de educação política eram pequenos livretos, compostos de dez a cinquenta páginas, existentes desde o início dos anos 1970, mas que tiveram um grande impulso no final dessa década, com maior desenvolvimento a partir da reorganização partidária e no período anterior às eleições de 1982. A confecção dessas cartilhas ocorreu praticamente em todas as regiões do país. Abordavam várias temáticas: as mudanças da Igreja Católica, os diversos problemas do cotidiano, as lutas populares, a relação da política com a sociedade, bem como os novos partidos e suas propostas, questões essas sempre analisadas do ponto de vista dos católicos que as organizavam. Os produtores desses materiais variavam: dioceses, regiões episcopais, pastorais, grupos de direitos humanos, paróquias ou CEB; no geral, sua elaboração e organização ficavam a cargo de grupos e pessoas leigas, e não da hierarquia da Igreja.<sup>25</sup> Entre as diversas cartilhas de educação política produzidas na região da grande São Paulo, tomarei como exemplo a cartilha *Acorda Povo*, veiculada na Região Episcopal de São Miguel, na Zona Leste paulistana, produzida pela Equipe Regional de Subsídios e pela Equipe Regional de Direitos Humanos. Contudo, antes de entrar na questão de como essa cartilha analisava a política partidária e os novos partidos, é importante destacar de que forma o material compreendia a própria sociedade brasileira daquele período:

O mundo está dividido entre ricos e pobres. E esta divisão não é por acaso! Existem aqueles que são donos das fábricas, das terras, das máquinas, das ferramentas de trabalho. Trabalham pouco e se enriquecem bastante. Fazem as leis e compram a justiça. São donos dos grandes jornais e dos canais de TV. Têm apoio do exército e da polícia. Dominam e impõem a sua vontade. [...] Existem aqueles que não têm as ferramentas, nem terra, nem poder, nem lucro, nem dinheiro. Trabalham muito e ficam cada vez mais pobres. Só têm a força do braço, alugada por um baixo salário. Quando se juntam para lutar pela justiça são força invencível! Mas a classe dominante toma muito cuidado para não permitir que isto aconteça! Seria o fim.<sup>26</sup>

Fica clara, na citação, a análise bastante crítica e fortemente marcada por um pensamento de esquerda feita por esses católicos a respeito da realidade brasileira. Eles viam a sociedade dividida entre duas grandes classes: a dos ricos e dominantes, que possuíam os meios de produção e dominavam desde a justiça até os meios de comunicação; e a dos pobres e dominados, aqueles que estavam alijados dos meios de produção, apenas possuíam a força do seu trabalho e eram constantemente explorados pela classe dominante. Disso decorria a reflexão feita pela cartilha de que cada uma dessas duas classes, por terem interesses díspares e viverem em constante conflito, deveria ter seu próprio partido, cuja finalidade era a de ser eleito e conquistar o poder para governar segundo os próprios interesses da classe que o elegeu.

Partindo dessa análise, a cartilha expunha de forma bastante crítica cada um dos novos partidos. O primeiro a ser apresentado foi o Partido Democrático Social (PDS), fortemente rejeitado e visto de forma quase abominável: “É o partido responsável pela situação de exploração e dominação. Votar neste partido ou em algum candidato do PDS é apoiar a injustiça e aceitar a dominação dos poderosos.”<sup>27</sup> Além de todas essas características negativas, a cartilha ressaltava que o PDS defendia os interesses dos patrões, dos militares, dos ricos fazendeiros, dos grileiros de terra e das grandes indústrias; em suma, era o principal representante da classe vista por eles como a dominante.

O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) também não era visto de forma muito favorável, pois era descrito como um partido ligado ao PDS e à classe rica do país, que apoiava o capitalismo e tinha como plataforma política a volta do populismo do antigo PTB, responsável pela ditadura de Getúlio Vargas, ou seja, era outra sigla que também representava os interesses da classe dominante.

Se, porém, os partidos ligados à situação, o PDS e o PTB, eram fortemente criticados e rejeitados, de que forma eram tratados e apresentados os partidos ditos de oposição ao governo?

Sobre o Partido Democrático Trabalhista (PDT), a cartilha pouco se deteve em sua análise, limitando-se a dizer que era dirigido pelo ex-governador Leonel Brizola, cujo surgimento havia sido consequência de um racha ocorrido dentro do PTB e tinha como proposta geral defender os trabalhadores, utilizando como argumento para essa displicência a explicação de que o PDT “É um partido mais do Sul do Brasil.”<sup>28</sup>

Sendo assim, só sobravam os dois outros partidos de oposição: o PMDB e o PT. O PMDB era apresentado com características relativamente positivas: defendia eleições diretas, o sindicato livre, a realização de uma nova constituinte e era composto por elementos da classe popular e média.

Já o PT era apresentado com características extremamente positivas. Outro aspecto a ser destacado é que o texto a ele correspondente era maior

que o destinado aos demais partidos. O PT era entendido como o partido que havia nascido das greves dos metalúrgicos e das lutas dos trabalhadores, composto também por estudantes, médicos, professores e intelectuais; que buscava a liberdade sindical; o único que possuía núcleos atuantes nas vilas e nos bairros; que lutava pelo fim da ditadura e buscava que o povo e os trabalhadores participassem da política e decidissem a forma de como usar a riqueza brasileira, ou seja, a libertação do povo e a organização da sociedade sem exploradores e explorados.

Para além dessa apresentação extremamente positiva feita pelos militantes católicos, a maior aproximação e apoio à agremiação petista podia ser observada na frase que concluía a apresentação dos partidos: “Aí estão os partidos, quem está neles e o que eles pretendem fazer. Estejam atentos e observem qual o partido que mais defende os interesses reais do povo oprimido e trabalhador.”<sup>29</sup> Assim, fica claro que, além de ser apresentado mais positivamente do que os demais partidos, o PT era o único que se enquadrava nos critérios adotados pela cartilha para ser escolhido pelos católicos, ou seja, somente ele buscava a libertação do povo e a construção de uma sociedade sem exploradores e explorados. Logo, era o que mais defendia “os interesses reais do povo oprimido e trabalhador.”

Desse modo, se as primeiras reações diante da proposta de criação e formação do PT foram marcadas por um sentimento de precaução, desconfiança, rejeição ou até de condenação (de 1979 até meados dos anos 1980); conforme suas propostas ganhavam corpo e sua organização ia se consolidando, percebe-se que muitos elementos e grupos católicos passaram a aproximar-se, a apoiá-lo e até a atuar nele, por motivos e justificativas variadas. Entre os argumentos expostos para essa maior identificação entre os católicos e a agremiação petista, podem-se citar: a ampliação da proposta petista para diversas forças sociais, não se limitando aos sindicalistas autênticos; a possibilidade de o PT ser um instrumento para o fortalecimento das diversas lutas e movimentos populares, principalmente devido à sua característica de possuir uma importante discussão interna, através da formação dos seus núcleos; e junto a isso o caráter formador e de conscientização do PT, que segundo alguns militantes não possuía objetivos imediatistas, mas buscava construir uma mobilização política e uma proposta de organização de sociedade em longo prazo.

Mesmo entre os grupos e militantes que se aproximavam do PT naquele momento havia alguns que apontavam certas limitações ao partido, por exemplo: sua criação ter ocorrido ainda num período de fechamento político ou por ser um partido criado para atuar apenas naquele período e que deveria ser repensado num momento posterior. Disso pode-se concluir que a relação dos diversos membros e grupos pertencentes ou ligados à Igreja Católica para com o

Partido dos Trabalhadores nunca foi uníssona ou homogênea, mas marcada por diversos pontos de vista, interesses e diferentes compreensões do cenário político, que levaram a posicionamentos bastante díspares e até conflitantes, que podiam se apresentar em alguns momentos como rejeição e até condenação, e em outros com maior aproximação ou mesmo com apoios bastante explícitos.

## Considerações finais

Nas últimas eleições para presidente, um dos temas que obteve grande relevância foi a participação e o posicionamento das diversas Igrejas, com destaque para a Igreja Católica, no debate político-eleitoral e perante diversos candidatos e partidos políticos. Analisando essa situação e relacionando-a aos temas e assuntos citados ao longo de todo este artigo, algumas considerações podem ser feitas.

Primeiro, que essas relações se deram em contextos históricos bastante distintos: a primeira, após um período de quase vinte anos de ditadura e num momento de abertura política, de reorganização partidária, porém ainda com bastante controle e fechamento político por parte do governo; e a segunda, após mais de vinte anos de eleições democráticas e tendo o PT ocupado o governo federal por dois mandatos consecutivos.

Esse distanciamento e diversidade de contextos sociopolíticos não impedem a análise de que as diversas religiões – e a Igreja Católica por ser ainda a que conta com mais fiéis e com maior poder de influência no nosso país – sempre estabeleceram relações com os governos, com a política e com os partidos, balizadas segundo suas demandas e seus diversos interesses. Ou seja, mesmo que a Igreja Católica procurasse abster-se ou mesmo tentar distanciar-se das questões político-partidárias, como importante força social que é, sempre estará inserida de uma forma ou de outra nesses assuntos. Isso não quer dizer que cada Igreja tenha uma posição única, visto que elas próprias são constituídas por diversos sujeitos e grupos com diferentes anseios, expectativas, experiências e projetos. Por isso são sempre instituições marcadas por conflitos ou pontos de tensão que podem levar a posicionamentos e conclusões bastante díspares e até conflitantes.

Em segundo lugar, do início dos anos 1980 para a segunda metade dos anos de 2010, tanto o Partido dos Trabalhadores como a própria Igreja Católica passaram por importantes mudanças e transformações. A respeito do catolicismo brasileiro, nos anos 1980, percebe-se uma Igreja extremamente crítica quanto aos problemas sociais e próxima de diversos movimentos populares ou operário-sindicais que existiam no período, além de propalar a defesa dos direitos humanos; posições essas marcadas internamente pelo apoio do clero dado às

CEB e às diversas pastorais, bem como pelo crescimento da Teologia da Libertação. Já a partir do final dos anos 1980, a Igreja mais ligada às questões sociais sofreu diversas pressões tanto locais e políticas como do próprio Vaticano, o que levou a seu enfraquecimento e à diminuição do seu poder de influência dentro da instituição. Em oposição a isso, cresceram na Igreja grupos e movimentos que se aproximavam das práticas de Igrejas evangélico-pentecostais, tais como a Renovação Carismática Católica, além de outros grupos de viés conservador, que possuem uma teologia muito mais voltada para as questões individuais e familiares do que para problemas estruturais ou socioeconômicos, e que no âmbito político-partidário costumam ter uma posição marcada pelo conservadorismo e até mesmo aliando-se ou apoiando partidos de espectro de centro-direita.

As mudanças pela quais passou a Igreja Católica no Brasil ao longo desses anos podem ser compreendidas quando se analisam os posicionamentos e os interesses expressados e defendidos pelos grupos católicos no final dos anos 1970, início dos anos 1980, e na eleição presidencial de 2010. Enquanto no primeiro período a Igreja Católica, tanto hierárquica como leiga, tinha como preocupações centrais a transformação da sociedade, os problemas e as dificuldades sentidas pela população mais pobre, bem como um trabalho conjunto ou de apoio aos diversos movimentos sociais; no ano de 2010, uma parte significativa da Igreja ficou marcada politicamente por seu posicionamento intransigente em temáticas como a legalização do aborto e a união civil entre casais do mesmo sexo. Desse modo, a Igreja deixou de considerar toda uma gama de outras questões, tais como as conjunturas socioeconômicas, as lutas e mesmo os programas partidários e as experiências e práticas governamentais, para reduzir seu posicionamento a esses determinados temas, que costumavam vir carregados de pregações moralistas, que na maioria dos casos serviu para condenar determinado partido, no caso o PT e a candidatura de Dilma Rousseff, do que para esclarecer o debate político e mostrar seu posicionamento perante as diversificadas problemáticas enfrentadas pela população e sociedade brasileiras.

Mais importante do que condenar ou elogiar determinado posicionamento da Igreja Católica diante de questões político-partidárias, acredito ser necessário analisar o contexto sociopolítico, os interesses, os projetos e as transformações que a instituição católica e seus membros defendem em cada período. Posicionamentos esses que, além de nunca serem um conjunto único ou homogêneo, podem, por um lado, ampliar a discussão sobre as diversas problemáticas e até levar à formação e à atuação em diversos movimentos e na própria transformação da sociedade; e, por outro lado, podem ficar restritos a temáticas específicas, que ao invés de ampliar e fortalecer o debate político e social, podem reduzi-lo ou até empobrecê-lo.

## RESUMO

---

O presente estudo analisa as diversas relações estabelecidas entre os “setores católicos” e o Partido dos Trabalhadores (PT) na região da grande São Paulo. O artigo concentra-se entre os anos de 1978 e 1982, ou seja, abarca as primeiras discussões sobre a abertura política e a criação de novos partidos, as primeiras reações e posicionamentos dos setores católicos diante da ideia, do surgimento e dos primeiros movimentos de formação do PT, bem como o período pré-eleitoral e a própria campanha da primeira eleição com a participação do partido, em 1982. Com isso, busca-se dar ênfase às discussões, rejeições, tensões, pontos de conflitos, aproximações e mesmo apoios que se desenvolveram entre os diversos sujeitos da Igreja Católica para com o surgimento e a consolidação do PT.

## PALAVRAS-CHAVE

---

Partido dos Trabalhadores; Igreja Católica; Religião; Política.

*Catholics and the Workers Party: Approximations, distances and their different tensions.*

## ABSTRACT

---

This study analyzes the various relationships established between the “Catholic sectors” and the Workers Party (PT) in Greater Sao Paulo. The article focuses on the years between 1978 and 1982, encompassing the first discussions about political liberalization and the creation of new parties, the first reactions and positions from the Catholic sectors facing the idea, emergence and movements of the PT formation, as well as the pre-election period and the first election involving the party in 1982. Thus, we seek to emphasize the discussions, rejections, tensions, conflicts points, approaches and even supports that have developed between the various subjects of the Catholic Church towards the emergence and consolidation of PT.

## KEYWORDS

---

Workers’ Party; Catholic Church; Religion; Politics.

## NOTAS

---

<sup>1</sup> O presente artigo é parte do segundo e terceiro capítulos de minha dissertação de mestrado: *Os católicos oPTaram: os “setores católicos” e o Partido dos Trabalhadores (PT) na grande São Paulo (1978-1982)*. Dissertação (Mestrado em História Social). São Paulo: PUC-SP, 2010, sob a orientação da professora doutora Heloisa de Faria Cruz, a qual teve o financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Uma versão resumida deste artigo foi apresentada no XX Encontro Regional de História (Associação Nacional de História – Anpuh), Franca, São Paulo, em setembro de 2010.

<sup>2</sup> Mestre em história social pela PUC-SP. Contato do autor: bozo.rqop@gmail.com.

<sup>3</sup> PAES, Antonio Carlos. Oração aos trabalhadores. *Jornal dos Trabalhadores*, São Paulo, ano 1, n. 1, p. 7, 2<sup>a</sup> quinzena de mar. 1982

<sup>4</sup> A respeito da formação do PT e o posicionamento das diversas forças sociais que atuaram em seus anos iniciais, ver: BERBEL, Márcia Regina, *Partido dos Trabalhadores: tradição e ruptura na esquerda brasileira (1978-1980)*. Dissertação (Mestrado em História). São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), 1991; KECK, Margaret Elizabeth, *PT – a lógica da diferença: o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira*. São Paulo: Ática, 1991; MENEGUELLO, Rachel, *PT: a formação de um partido (1979-1982)*. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

<sup>5</sup> Nos últimos anos, percebo ter havido um interesse maior em pesquisas que tratam da relação da Igreja Católica com a política e em especial com o Partido dos Trabalhadores. Uma amostra disso é a dissertação que analisa a relação da Igreja Católica com o PT na cidade mineira de Montes Claros durante a década de 1980: MENDES, Leandro de Aquino, *O “Povo de Deus” na política: Partido dos Trabalhadores e Igreja Católica em Montes Claros – MG na década de 1980*. Dissertação (Mestrado em História). Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia (UFU), 2010.

<sup>6</sup> O jornal *O São Paulo* pode ser pesquisado no arquivo da Cúria, pertencente à Arquidiocese de São Paulo, e encontra-se microfilmado no arquivo da Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro; contudo a maior parte dos documentos a respeito dessa temática foi encontrada no Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro (CPV), antigo Centro Pastoral Vergueiro, na capital paulista.

<sup>7</sup> Entre os autores da Nova Esquerda Britânica que me auxiliaram nessa compreensão, gostaria de salientar os estudos de Edward P. Thompson e Raymond Williams: THOMPSON, Edward P., *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981; WILLIAMS, Raymond, *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

<sup>8</sup> “Os novos partidos: para os políticos ou para o povo”. *O São Paulo*, São Paulo, 18-24/02/1978, p. 3.

<sup>9</sup> Necessidade da presença do povo na política. *O São Paulo*, São Paulo, p. 3, 7-13/01/1978.

<sup>10</sup> Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro. Dossiê: a Igreja, os movimentos e o Estado 1978-1979. *In Pasta: Igreja-Política – Igreja e as eleições 1972-1983*, maio de 1995.

<sup>11</sup> “Cadê o partido do povo?”. *O São Paulo*, São Paulo, 27/01-02/02/1979, p. 3.

<sup>12</sup> Reforma partidária. O que acha o povo? *O São Paulo*, São Paulo, 15-21/06/1979, p. 6.

<sup>13</sup> *Idem*.

<sup>14</sup> *Idem*.

<sup>15</sup> PIRES, Salvador, “Fortalecer o trabalho de base”. *O São Paulo*, São Paulo, 15-21/06/1979, p. 3.

<sup>16</sup> “Novos partidos: a união contra a ditadura”. *Jornal da Vila: O Jornal do Trabalhador*, ano 2, n. 19, São Paulo, outubro de 1979, p. 4.

<sup>17</sup> “Os novos partidos em debate”. *O São Paulo*, 10-16/08/1979, São Paulo, p. 6.

<sup>18</sup> Paróquia de Vila Remo. *A Semente*, São Paulo, n. 27, mar. 1980, p. 24.

<sup>19</sup> *Idem*.

<sup>20</sup> “PT, PMDD, PTB, qual deles escolher?” *O São Paulo*, 29/02-06/03/1980, São Paulo, p. 10.

<sup>21</sup> *Idem*.

<sup>22</sup> *Idem*.

<sup>23</sup> “Frei Betto: a fé cristã e a opção política”. *O São Paulo*, 30/07-05/08/1982, São Paulo, p. 10.

<sup>24</sup> Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro. *Dossiê: a Igreja e as eleições 1972-1983*, maio de 1985, p. 156.

<sup>25</sup> A respeito do caráter geral das cartilhas de educação política produzidas nas diversas regiões do país e sua importância, ver: GALLETTA, Antonio Ricardo Knippel, *Pastoral Popular e Política Partidária no Brasil*. 1985. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais – História Social) – Piracicaba: Universidade Metodista de Piracicaba, 1985, p. 152-156; LESBAUPIAN, Ivo, “As cartilhas políticas diocesanas de 1981-1982”. In \_\_\_\_\_ (org.), *Igreja – movimentos populares – política no Brasil*. São Paulo: Loyola, 1983, p. 57-74.

<sup>26</sup> EQUIPE REGIONAL DE SUBSÍDIOS (São Miguel). *Acorda Povo*. São Paulo, junho de 1982, p. 28.

<sup>27</sup> *Ibidem*, p. 30.

<sup>28</sup> *Ibidem*, p. 31.

<sup>29</sup> *Ibidem*, p. 33.